



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS  
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA 26 DE  
4 AGOSTO DE 2022, POR VIDEOCONFERÊNCIA, VIA MICROSOFT  
5 TEAMS.

6  
7 Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de agosto de 2022, às 09h:00, deu-se  
8 início a reunião por videoconferência dos membros da Comissão  
9 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões  
10 Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), em razão da pandemia mundial pelo  
11 COVID-19, conforme recomendação do CNJ, utilizando-se a ferramenta  
12 Microsoft Teams. Participaram da reunião o Excelentíssimo Senhor Dr.  
13 Juiz André Filo-Creão, Ouvidor Agrário Adjunto do TJPA e Juiz Titular da  
14 Vara Agrária de Castanhal e o Dr. Laércio dos Santos Rosa Junior,  
15 Assessor da Ouvidoria Agraria, na função de Secretário desta Comissão.  
16 Também participaram os membros: Dra. Elisângela Cortês, representante  
17 da PDU; Dra. Caroline Amarante, representante do INCRA; Dr. Mário  
18 Solano e Dra. Eliana Zacca, representantes da FAEPA; Dra. Ione  
19 Nakamura, representante do MPPA; Dr. Tiago Ferreira, representante do  
20 ITERPA; Dr. Felipe Moura Palha, representante do MPF; Dr. Girolamo  
21 Treccani, representante da FETAGRI; Dra. Andreia Barreto,  
22 representante da DPE e Dr. Antônio Carlos Apolinário, representante da  
23 ANOREG. Também estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores  
24 Juízes: Dr. Haroldo Silva da Fonseca, Juiz Titular da Vara Agrária de  
25 Redenção e Dr. Amarildo José Mazutti, Juiz Titular da Vara Agrária de  
26 Marabá. Ausência justificadas: Dr. Antônio Villar, Juiz da Vara Agrária de  
27 Altamira; Dr. Ibraim Rocha e Dra. Janyce Varela, representantes da PGE;  
28 Dra. Naire Rei e Dra. Adriana Nobre, representantes da OAB/PA. A  
29 reunião gravada em áudio e vídeo, com transcrição realizada PAUTA: 1.  
30 Aprovação da ATA de Reunião ocorrida no dia 24 de junho de 2022; 2.  
31 Informes: 2.1 Realização do Seminário de Direito Agroambiental  
32 Amazônico “Conflitos Fundiários e o Direito Amazônico”, dia 25 de agosto  
33 de 2022; 2.2 Registro do falecimento do Dr. Marlon Aurélio Tapajós  
34 Araújo, Procurador do Estado, no último domingo (21); 2.3 Resolução nº

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

35 11, de 10 de agosto de 2022, que altera a Resolução nº 21, de 4 de  
36 outubro de 2006 e dispõe sobre a localização das sedes e jurisdição das  
37 Varas Agrárias do Estado, incluindo os municípios de Mojuí dos Campos  
38 e São João da Ponta; 2.4 Registro do aniversário da Dra. Caroline do  
39 Amarante, representante do INCRA, celebrado no dia 26 de agosto. **3.**  
40 Informações prestadas pela Defensoria Pública da União, acerca do  
41 relatório dos conflitos ocorridos no Lote 96 da Gleba Bacajá, em  
42 Anapú/PA; **4.** Respostas da OAB/PA e da Delegacia-Geral de Polícia Civil  
43 quanto às providências tomadas diante das intimidações e ameaças de  
44 morte relatadas pela Dra. advogada Rutileia Emiliano de Freitas Tozetti,  
45 no município de Senador José Porfírio/PA; **5.** Resposta do ITERPA ao  
46 Ofício nº 24/2022-CPMEAQLG, referente a quantas e quais ações  
47 judiciais foram ajuizadas, bem como as medidas administrativas adotadas  
48 a partir da constatação de documentações de títulos de terras  
49 fraudulentos, durante o período da atual gestão; **6.** O que ocorrer. **ITEM**  
50 **1:** Inicialmente, o presidente da CPMEAQLG iniciou a reunião com o item  
51 1, em que foi aprovada por unanimidade a ATA da reunião ocorrida no dia  
52 24 de junho de 2022. Em seguida, atendendo ao pedido de inversão de  
53 pauta formulado pela Dra. Elisângela Côrtes, representante da DPU, foi  
54 abordando o item 3. O presidente da CPMEAQLG concedeu a palavra à  
55 defensora pública federal Dra. Elisângela Côrtes. **ITEM 3:** SRA.  
56 ELISÂNGELA: A realidade é que o relatório que eu havia feito inicialmente  
57 acabou ficou desatualizado, porque aconteceram muitas coisas depois  
58 dessa minha visita, né? Então eu tentei incluir informações que, de acordo  
59 com medidas que, inclusive, nós tomamos depois nos últimos dias,  
60 inclusive, em conjunto com a Defensoria Pública do Estado, através da  
61 Defensoria Agrária de Altamira e incluir isso também no relatório para  
62 deixá-los mais atualizados. Não consigo compartilhar a minha tela, mas  
63 de qualquer forma eu encaminhei para o Laércio, então se ele puder  
64 passar o relatório para os demais. Então, inicialmente, fazendo uma  
65 contextualização bem rápida. Eu estive lá no lote no dia 28 de junho, eu  
66 e o outro colega, o Dr. [ininteligível], que é defensor público federal em  
67 Santarém. E nós fomos acompanhados na ocasião pelo Incra e pela  
68 Comissão Pastoral da Terra. Coincidentemente, no dia 28, foi publicada

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

69 a portaria que criou o Projeto de Assentamento Irmã Dorothy Stang,  
70 então, existia até um clima de bastante felicidade entre os ocupantes que  
71 nós visitamos. E esperava-se que os conflitos fossem ser amenizados a  
72 partir da criação do assentamento. De qualquer forma, nos chama muito  
73 a atenção a maneira como as violências que já vinham acontecendo até  
74 então ali no lote 96 estavam impactando os ocupantes e nos foi informado  
75 também sobre todos os abusos que foram cometidos pela Delegacia  
76 Agrária, pela Delegacia de Conflitos Agrários. Isso também nos chama  
77 muito a atenção. Toda a violência psicológica, principalmente, que os  
78 ocupantes sofreram, eles deixaram isso bem claro. Mas, enfim, como eu  
79 comentei, já que sabia ali que a portaria seria publicada, então, no geral,  
80 o clima estava bom, as pessoas estavam bastante esperançosas. Eis que  
81 dois dias depois da publicação dessa portaria, o Incra, na pessoa do  
82 Giuseppe, o diretor de Desenvolvimento, em Brasília, publicou um  
83 despacho recomendado a invalidação dessa portaria. Aquele despacho,  
84 inicialmente, falava através de um argumento genérico que haveria uma  
85 necessidade de qualificar melhor o processo administrativo e que teria  
86 acontecido um erro de instrução por parte do Incra. Nós procedemos,  
87 então, a expedição de uma recomendação em conjunto com a Defensoria  
88 Pública do Estado para que o Incra deixasse de adotar quaisquer medidas  
89 que implicassem na revogação ou invalidação dessa portaria, salvo a  
90 existência vício que realmente seja insanável e concretamente  
91 fundamental. Em resposta, o Incra informou que foi instituído um grupo  
92 técnico para analisar instrução de todos os processos de assentamento  
93 que teriam sido criados sem o cumprimento de um rito novo, que de  
94 acordo com o Incra, está previsto no Decreto 10.252 de 2020 e no novo  
95 Regimento Interno do Incra. Pelo que eu entendi, o Incra alega hoje que  
96 há necessidade de que a criação passe pelo conselho diretor, se não me  
97 engano, depois tem que ter uma declaração de interesse social da área.  
98 E aí ela deve ser efetivada pela presidência do Incra. Eu estou  
99 acompanhando o processo administrativo de criação. De fato, foi  
100 instituído esse grupo de trabalho, mas até agora o fato é que esse  
101 procedimento todo, esse trâmite todo não foi finalizado. Nós temos aí a  
102 situação em que o projeto de assentamento foi criado, mas nós não

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

103 sabemos ainda se essa criação vai ser mantida ou não e estamos  
104 esperando, então, o Incra tomar uma decisão definitiva em relação a isso.  
105 Bom, e agora mais recentemente, no dia 19 de agosto, chegou ao nosso  
106 conhecimento que na madrugada do dia 18 para o dia 19, perdão, a  
107 escola municipal que fica localizada dentro do lote 96, Escola Municipal  
108 Paulo Anacleto foi incendiada. Nessa ocasião, foi informado para nós que  
109 os suspeitos estavam a pé, porque os carros ficaram na sede da fazenda  
110 do finado Antônio Peixoto. Que os suspeitos efetuaram disparos de arma  
111 de fogo para o lado da sede, que algumas famílias trabalhadoras rurais  
112 foram para a casa das Sra. Diana e do Sr. Edvan com medo de também  
113 terem as casas incendiadas e que ali eles ficaram reunidos. Informaram  
114 ainda que os suspeitos dos ataques ficaram abrigados na sede da  
115 fazenda, que os tiros partiram da sede, que eles encontraram depois na  
116 estrada da sede cartuchos de calibre 12 deflagrados, que a polícia foi  
117 acionada por volta das 4h da manhã, mas não se dirigiu ao local naquele  
118 momento, e que por volta das 3h da manhã 1 drone sobrevoou a região.  
119 Então, foi uma situação bastante dramática. Em seguida, a Dra. Bia,  
120 defensora agrária, acionou imediatamente a Deca, que disse que já  
121 estava a caminho. E um ponto assim muito importante que eu gostaria de  
122 ressaltar é que a Defensoria Agrária fez um pedido no processo... na ação  
123 concessória(F), que hoje está em grau de apelação, inclusive no Tribunal  
124 de Justiça, e o pedido dela foi para que seja determinado ao comandante  
125 da Polícia Militar de Altamira a designação de tropa especializada para  
126 permanecer na área do lote 96 por 30 dias e por 24 horas. Esse pedido  
127 foi realizado já no dia 19 de agosto, e agora no dia 22 ela reiterou o  
128 pedido. Ela anexou vários boletins de ocorrências, todas as fotos, todos  
129 os relatos que chegaram. Eu não tenho acesso, por se tratar de um  
130 processo que corre na Justiça Estadual e não Justiça Federal, mas o que  
131 ela me informou - e a Dra. Bia não pôde estar presente aqui hoje porque  
132 ela está em missão de campo - mas o que ela me informou é que esse  
133 pedido não foi analisado ainda. Então, eu gostaria de deixar ressaltada a  
134 importância de que esse pedido seja avaliado o quanto antes, porque,  
135 para nós, é absolutamente imprescindível que haja presença de força  
136 policial constantemente ali na região para poder pacificar os conflitos. Nós

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

137 estamos falando de uma situação que escalou muito. O último conflito  
138 grave(F) tinha acontecido em maio, e agora, em agosto, mais um. Para  
139 nós, é muito dramático que nesse momento a escola tenha sido escolhida  
140 como alvo desse ataque. E isso tem uma simbologia muito forte, de  
141 como... no sentido de que a escola é o que reúne as famílias, é o que  
142 reúne a esperança daquelas famílias de que haverá efetivamente uma  
143 destinação daquela terra à reforma agrária em cumprimento a sua função  
144 constitucional. Então, isso nos preocupa muito. Inclusive, eu anexei no  
145 relatório fotos que eu havia tirado da escola no momento da visita que eu  
146 fiz em junho. Coincidentemente, era o último dia de aula. Então, a  
147 escola... era uma escola muito simples, uma estrutura extremamente  
148 precária de madeira e palha, mas os alunos estavam ali, a professora  
149 estava ali, e estavam todos muito felizes e animados. E anexei as fotos  
150 depois de como ficou a escola depois desse ataque. É realmente muito  
151 triste e é imprescindível que medidas sejam tomadas para acontecer  
152 efetivamente a responsabilização de quem fez isso e também garantir a  
153 reconstrução da escola. Eu acho que isso é o principal, é o básico, que  
154 precisa ser realizado. E por fim, eu coloquei também uma informação, que  
155 é algo que nós estamos apurando. Eu até officiei o Incra ontem nesse  
156 sentido. A planta do assentamento que foi apresentada pelo Incra indica  
157 1 área total dos lotes 96 e 97 de 4.021 hectares. Contudo, nós analisamos  
158 as matrículas dos imóveis, e a área total seria maior, seria 1 área de 4.641  
159 hectares, então, gerou 1 diferença de 620 hectares em relação a área  
160 total dos lotes e a área que foi destinada à criação do assentamento. Nos  
161 chama muito a atenção o fato de que na delimitação do perímetro do  
162 assentamento a sede da fazenda, que é o palco dos conflitos, que é o  
163 local que tem sido utilizado como ponto de apoio para que esses  
164 pistoleiros promovam os ataques, foi retirada. Sendo que essa sede, ao  
165 que tudo indica, e eu estou tentando apurar melhor as informações, por  
166 isso eu officiei o Incra, ao que tudo indica, essa sede fica dentro do lote,  
167 [ininteligível] 96 e 97, mas ela está na região ali dos lotes, enfim, é uma  
168 região que de qualquer forma pertence ao Incra, na medida contrato de  
169 alienação de terras públicas desses dois lotes já foram cancelados. Fica  
170 até bem claro no mapa que delimitou a área de assentamento esse

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

171 destaque. Ficou até uma parte assim retangular que justamente tirou a  
172 área da fazenda. Eu officiei o Incra questionando qual é o motivo de  
173 retirada, de destaque dessa área, na medida que todos nós sabemos,  
174 atos administrativos devem ser efetivamente motivados, nós estamos  
175 tentando apurar essa situação. E no mais, ao final do relatório, eu coloquei  
176 as nossas conclusões. A análise documental, as entrevistas, [ininteligível]  
177 evidenciam a falta de política pública de segurança pública, considerando  
178 a ausência de resolução dos casos criminais de ameaça, incêndio e  
179 disparo de arma de fogo, o que expõe a população do lote a atos  
180 continuados de violência pelo domínio do imóvel, situação agravada pela  
181 atuação parcial e tendenciosa da autoridade investigadora da delegacia  
182 especializada, na pessoa do Dr. Ivan Pinto. Nesse sentido, ainda carece  
183 de análise o último peticionamento da Defensoria Pública Agrária no  
184 processo que corre hoje em Segunda Instância no Tribunal de Justiça do  
185 Estado do Pará, o pedido da Defensoria para que haja a designação de  
186 tropa especializada para permanecer na área por 30 dias e por 24 horas.  
187 E para pacificação dos conflitos é imprescindível que o Incra promova a  
188 efetiva criação do assentamento e tome as medidas necessárias para a  
189 sua concretização. Que eu coloquei até alguns pontos que nós levamos  
190 para o Incra na nossa recomendação, de que posturas contraditórias e  
191 surpreendentes violam a segurança jurídica e boa-fé objetiva e que os  
192 atos administrativos com vício de competência podem ser convalidados,  
193 sem a necessidade de que haja declaração de invalidade. Esse é um  
194 processo administrativo que já corre por anos. O laudo [ininteligível] de  
195 fiscalização só foi realizado após determinação judicial, sendo que havia  
196 1 decisão judicial de 2020, se não me engano, que já determinava essa  
197 realização e vinha sendo reiteradamente descumprida pelo Incra. Só  
198 agora que foi preterida a sentença que o laudo foi efetivamente  
199 apresentado. E é uma demora, ao nosso ver, que não apresenta  
200 justificativa e que só contribui para o acirramento e para a perpetuação  
201 desses conflitos. E por fim, coloquei também a necessidade de que a  
202 Prefeitura Municipal de Anapu promova a reconstrução da escolinha.  
203 Esse é um ponto que, inclusive, os agricultores trouxeram para nós a  
204 preocupação que eles estão com as crianças que frequentam as escolas

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

205 e a necessidade de que elas tenham acesso a isso. Acho que é uma coisa  
206 muito básica, é um pedido muito básico que nós esperamos que seja  
207 atendido. No mais, é isso, e eu estou à disposição para responder  
208 eventuais dúvidas. Talvez eu não saiba responder, na medida em que  
209 esse processo que eu estou me referindo aqui da reintegração de posse,  
210 ele corre na Justiça Estadual e não na Federal. Mas no que eu puder  
211 auxiliar eu estou à disposição. Obrigada. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ  
212 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Obrigada, Dra. Elisângela. Eu  
213 indago dos Srs. Membros se desejam se manifestar. Acredito que o Prof.  
214 Girolamo já pediu a palavra. Então, eu concedo a palavra ao Prof.  
215 Girolamo. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Obrigado,  
216 Excelência. Na realidade, é só uma pergunta preliminar, antes de entrar  
217 em qualquer outra consideração. Uma pergunta que se desdobra em  
218 duas, mas enfim. A primeira pergunta é: existe alguma dúvida de que essa  
219 terra é da União? Esse imóvel é da União? Isto é, foi devidamente  
220 arrecadado, incorporado, matriculado em nome da União? Caso a  
221 resposta afirmativa, que acredito que seja sim, mas enfim, sempre bom  
222 nesse momento ter todas as seguranças possíveis e imagináveis. Se sim,  
223 existe algum procedimento por parte da União, via Incra evidentemente,  
224 de destinação dessa terra, desse imóvel? Obrigado. SR. PRESIDENTE  
225 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Dra. Elisângela, se  
226 a senhora tiver conhecimento a respeito dessa indagação, do Prof.  
227 Girolamo, a senhora pode responder direto, tá certo? Obrigado. SRA.  
228 ELISÂNGELA: Obrigada, Dr. André. Sim, professor, esse procedimento  
229 já existe. Houve o cancelamento dos contratos e houve o cancelamento  
230 das matrículas também que estavam realizadas no nome dos pretensos  
231 proprietários. E o procedimento existe, e a afirmação agora que o Incra  
232 trouxe é que seria necessário um declaração de interesse social dessa  
233 terra para que ela seja destinada à reforma agrária. Isso nos surpreendeu,  
234 na medida em que a gente não está falando de uma terra foi adquirida por  
235 desapropriação. Essa terra... foi através de um cancelamento de contrato,  
236 inclusive, nós colocamos isso na nossa recomendação também. O Incra  
237 alega que houve uma mudança no Regimento Interno e que essa  
238 declaração de interesse social seria necessária então, mas enfim. Para

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

239 nós, nos apareceu algo completamente desnecessário e que só contribui  
240 para a mora na resolução desse processo administrativo de fazer a efetiva  
241 destinação dessa terra para reforma agrária. SR. GIROLAMO  
242 DOMENICO TRECCANI: Desculpe, mas desde quando Regimento  
243 Interno se sobrepõe à lei? SRA. ELISÂNGELA: Exatamente, exatamente.  
244 Eles criaram então esse grupo de trabalho. E é importante ressaltar não  
245 é só o Projeto de Assentamento do loteamento 96, que é PA Irmã Dorothy  
246 Stang que foi afetado por esse entendimento. Se eu não me engano, só  
247 no estado do Pará são seis assentamentos que estariam no limbo, porque  
248 eles teriam sido criado de acordo com o rito que agora eles chamam de  
249 rito anterior, que não observava todo esse trâmite, mas não que foi  
250 realizado. Então, não se sabe ainda qual vai ser também os efeitos que  
251 essa mudança de entendimento vai causar nesses outros assentamentos.  
252 SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
253 Entendi. Dra. Ione, a senhora pediu a palavra, correto? SRA. IONE  
254 MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Sim, Excelência. Bom dia a todos e  
255 todas. Dra. Elisângela, obrigada pelo relatório. Eu queria compartilhar  
256 com essa comissão que eu tive a oportunidade de conversar com o  
257 conciliador agrário nacional do Incra, agora recentemente no dia 23 de  
258 agosto, por conta do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos  
259 Humanos. Então, nós estamos muito preocupados com esse acirramento  
260 da violência na área rural, especialmente no lote 96 da Gleba Bacajá e  
261 também outros casos, PDS Terra Nossa, enfim. Conversei com o  
262 conciliador agrário nacional sobre esses defensores e essas áreas. Eu  
263 queria relatar rapidamente, se Vossa Excelência permitir, que nessa  
264 ocasião o conciliador agrário - vou até aqui abrir para poder não esquecer  
265 aqui as informações - relatou que ele vai estar aqui em Belém no período  
266 de setembro, 23 a 24 de setembro de 2022, ocasião em que eu solicitei  
267 que a gente pudesse fazer 1 reunião presencial, ou um dia antes, ou um  
268 dia depois, para tratar exatamente dessa Pauta que o Incra precisa dar 1  
269 prioridade para atender essas demandas desses casos em áreas de  
270 conflitos que tenham defensores do direitos humanos inseridos no  
271 programa. Então, eu queria relatar essa minha sugestão, submeter isso à  
272 comissão também para que, se possível, inste o Incra Brasília e a Câmara

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

273 de Conciliação Nacional no sentido da gente promover essa reunião com  
274 as diretorias dessa autarquia lá de Brasília, no sentido de buscar aí essa  
275 celeridade na atuação do órgão fundiário, para dirimir essas situações. Eu  
276 comentei sobre esse caso específico, Dra. Elisângela, porque já existe  
277 uma [ininteligível] cancelada, já existe ação judicial, e existe, sim, uma  
278 demanda de segurança pública, que ora o Incra diz que não tem  
279 condições de articular. Então acaba que as instituições instam a  
280 Secretaria de Segurança do estado, porque as forças federais também  
281 não se fazem presentes na região. Então, essas questões eu penso que  
282 nós poderíamos institucionalizar através da comissão, por meio dessa  
283 solicitação de reunião com a Comissão de Conciliação, com a Câmara de  
284 Conciliação do Incra, ou mesmo com a presidência do Incra, se for o caso,  
285 e também com um ofício à Secretaria de Segurança Pública, no sentido  
286 de reforçar o cumprimento de uma decisão judicial que já tem no processo  
287 e ver a forma como nós podemos contribuir para essa... dirimir ou reduzir  
288 um pouquinho essa situação de tensão na área . Seriam essas,  
289 Excelência, as minhas informações e as minhas sugestões para essa  
290 comissão. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
291 FONSECA: Perfeito, Dra. Ione. Eu indago se alguns dos membros ainda  
292 deseja se manifestar, para que nós a partir das manifestações, nós  
293 possamos dar os encaminhamos. Prof. Girolamo, por favor. SR.  
294 GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Obrigado, Excelência. Obrigado,  
295 Dra. Ione, pelas informações. Obrigado, Dra. Elisângela. Eu estava  
296 olhando, eu confesso, não conhecia a nova versão do Regimento Interno  
297 do Incra que foi aprovada pela Portaria 531, de 23 de março de 2020, não  
298 sei se esse é o último que está em vigor. Porque de vez em quando se  
299 alteram as normas, e a gente não sabe exatamente o que está em vigor.  
300 Mas se for isso, em uma rápida leitura, quando se coloca declaração de  
301 interesse, é uma atribuição que tem um superintendente, mas isso não  
302 vincula, salvo melhor juízo, que áreas em processo de afetação possam  
303 vir a ter qualquer tipo de novo constrangimento, que precise fazer aquilo  
304 que o Incra está dizendo que precisa fazer. Portanto, eu solicitaria  
305 inicialmente onde o Incra ampara essa pretensa obrigação de algo que,  
306 no meu entender, não faz nenhum sentido, salvo melhor juízo, daí a

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

307 necessidade de perguntar. Qual é o fundamento jurídico dessa posição  
308 do Incra? Possivelmente, por ter alterado o entendimento que no meu  
309 entender está na norma, de afetação das terras públicas, possivelmente  
310 se não será uma portaria, volto a repetir, que altera lei. Se for, qual é o  
311 parecer que justifica isso? Segundo, todo e qualquer ato da administração  
312 pública, ele deveria visar, acredito eu, facilitar o acesso a direitos. Em que  
313 medida, portanto, esse ato que, mais uma vez, salvo melhor juízo,  
314 atrapalha a destinação dessas terras? Porque já tiveram uma destinação  
315 anos atrás. Se essa destinação não está mais em vigor porque o  
316 instrumento de destinação anterior foi cancelado, a terra é pública e não  
317 tem por que criar [ininteligível] problemas. Agora, no caso específico, acho  
318 muito grave a denúncia que a Dra. Elisângela trouxe. Infelizmente,  
319 tivemos a possibilidade de ver as fotos que circularam alguns dias atrás.  
320 É muito lamentável [interrupção no áudio] e aí me associo à Dra.  
321 Elisângela quando diz que estão querendo matar a esperança, estão  
322 querendo matar o futuro, quando... E a estrutura a escola tem é uma  
323 estrutura... era, desculpem, era uma estrutura mais do que precária.  
324 Todos nós que tivemos a possibilidade de ver, não sei se o fogo  
325 desfigurou tanto assim, acho que não, seria interessante comparar,  
326 doutora, com as fotos que a senhora tirou com essas, né? Alguma coisa  
327 que para quem, como nós, de vez em quando vamos para o interior, usar  
328 a palavra precária já é muito difícil, precaríssima, é algo, mas apesar de  
329 tudo era onde as crianças recebiam educação. E aqui, portanto,  
330 finalizaria com duas sugestões. A partir do novo entendimento do Superior  
331 Tribunal de Justiça de que é competência, sim, dos juízes agrários  
332 também averiguar fatos criminais, seria interessante que se rediscuta, se  
333 for o caso, a nossa norma estadual, que alterou a Constituição Federal...  
334 Constituição Estadual de 89 e verificar se, de fato, esse fato não seria  
335 interessante ser... esse fato criminal, se não seria interessante que o juiz  
336 da Vara Agrária de Altamira assuma a responsabilidade. Por quê? Não se  
337 pode separar em um caso como esse a discussão fundiária da discussão  
338 criminal. De pouco adianta uma investigação criminal, se não leva em  
339 consideração a dimensão fundiária que esse ato criminoso tem. Por isso  
340 poderia ser interessante que enquanto tribunal, ou sugerir ao tribunal que

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

341 se reinterprete a norma e se permita, portanto, que juiz da Vara Agrária  
342 assumira essa responsabilidade. Se assim não for, que se encontrem  
343 caminhos para que o inquérito criminal possa de fato subsidiar, não sei  
344 exatamente como seria caso essa competência não seja estendida, mas  
345 enfim. Acho que os Excelentíssimos Juízes do tribunal teriam caminhos  
346 para reunir essas duas situações. Por último, louvar o trabalho  
347 desenvolvido pela Defensoria Pública Federal. Eu sei que também a  
348 Defensoria Pública Estadual acompanhou em determinados momentos  
349 toda essa discussão, o Ministério Público Federal e Estadual. E aqui  
350 sugerir, finalmente, que se verifique nos outros assentamentos citados  
351 pela Dra. Elisângela, qual é a situação e como se poderia, de fato,  
352 simplificar, desburocratizar. Nós estamos com 2 projetos de lei em  
353 tramitação no Congresso Nacional, o PL 2.333/2020 e o PL 510/2021, que  
354 querem flexibilizar toda e qualquer destinação de terra individual. Por que  
355 não se faz isso quando a terra possa dar esperança a essas pessoas via  
356 criação de assentamento? Obrigado. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ  
357 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Obrigado, Prof. Girolamo. Dra.  
358 Andreia pediu a palavra. SRA. ANDREIA MACEDO BARRETO: Bom dia  
359 a todos e todas. Só um pequena intervenção para esclarecer que esse  
360 processo, ele já está sentenciado, ele foi sentenciado pela Vara Agrária  
361 de Altamira. Ele está em fase de apelação, a Defensoria apelou dessa  
362 decisão, que está então no tribunal e todos os peticionamentos, todas  
363 essas informações que a Dra. Elisângela relatou aqui nesse relatório bem  
364 detalhado que ela apresentou, elas estão sendo feitas junto ao Tribunal  
365 de Justiça. E aí essas petições estão pendentes de apreciação. Enquanto  
366 o nosso entendimento é que o processo fique dentro do âmbito mesmo  
367 da decisão processual, eu acho que só para reforçar, eu acho que o que  
368 a gente quer, a Defensoria tem gerenciado mesmo, seria a intervenção  
369 mesmo da polícia nesse momento de tensão. Portanto, reforçar o pedido  
370 da Dra. Ione. Obrigada. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
371 GARCIA DA FONSECA: Obrigado, Dra. Andreia. Eu acho que é  
372 fundamental nesse aspecto que nós avaliemos exatamente essa sua fala,  
373 no que diz respeito a nós mantermos um foco desse conflito que está  
374 acontecendo e que nós precisamos aqui, enquanto comissão, evitar uma

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

375 possível tragédia, evitar que mais danos aconteçam. Então, na fala, na  
376 esteira da fala das duas defensoras, Dra. Elisângela e da Dra. Andreia,  
377 eu tenho uma indagação que seria importante fazer. As senhoras sabem  
378 quem seria o relator deste recurso de apelação ou a relatora? As  
379 senhoras teriam essa informação? Porque me parece que em havendo  
380 esse pleito da Defensoria Pública no que diz respeito a existência de tropa  
381 da polícia no local, seria interessante que talvez, se fosse o caso de ser  
382 aprovado aqui pela comissão, que nós expedíssemos um ofício ao relator  
383 dando-lhe ciência dessa petição que para ele possa decidir com a  
384 brevidade necessária diante da eminência de um conflito no local. Já que  
385 o juiz de Primeiro Grau já prestou a tutela jurisdicional e não tem mais  
386 como atuar. Hoje, a competência toda está no tribunal. Então, seria  
387 interessante se nós tivéssemos essa informação. Então, assim, eu vou...  
388 essa seria uma sugestão. Eu fiz algumas anotações na esteira das falas  
389 de todos os nossos ilustres integrantes, que talvez nós submetemos a  
390 votação aqui. E caso venha ser aprovado, nós adotariamos essas  
391 providências, sem prejuízo de outras sugestões que os senhores façam.  
392 Então a primeira delas seria essa, o encaminhamento ao relator do  
393 recurso de apelação, onde pende de decisão esse pleito formulado pela  
394 Defensoria Pública Agrária de Altamira, no sentido de que seja avaliado e  
395 decidido como de direito esse requerimento, diante da iminência de um  
396 conflito mais grave no local. Porque o conflito nós já temos, na iminência  
397 de um conflito mais grave no local. Esse seria o primeiro item que eu, a  
398 título de sugestão e diante das falas, submeto à apreciação dos ilustres  
399 membros. Alguma objeção? SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA:  
400 De acordo, Excelência. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
401 GARCIA DA FONSECA: Ok. Então, o primeiro item, Laércio, tá? Aí eu só  
402 vou pedir, tanto para a Dra. Andreia como para a Dra. Elisângela, na  
403 medida do possível, se puderem nos encaminhar o número deste  
404 processo de apelação e o relator para facilitar o trabalho da secretaria da  
405 comissão, para fazer esse encaminhamento ao tribunal. O segundo item  
406 que eu submeto à apreciação seria... Dra. Elisângela, a senhora me  
407 corrija, o evento foi do dia 17 para o dia 18 de agosto, ou do dia 18 para  
408 o dia 19? SRA. ELISÂNGELA: Do dia 18 para o dia 19. SR. PRESIDENTE

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

409 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Do dia 18 para o dia  
410 19. Perfeito. O segundo item seria que nós oficiássemos a Delegacia de  
411 Conflitos Agrários e a Corregedoria da Polícia Civil solicitando  
412 informações a respeito dos procedimentos que foram adotados com  
413 relação a este fato que faz parte do relatório que nos fora apresentado  
414 hoje pela Defensoria Pública da União, solicitando nos prestem  
415 informações no prazo de dez dias, tanto no que diz respeito à investigação  
416 sobre o fato propriamente dito, no caso a Delegacia de Conflitos Agrários,  
417 como no que concerne as asserções dos ocupantes da área no que diz  
418 respeito a possíveis atos de infração disciplinar por parte de policiais civis,  
419 isso que no diz respeito à Corregedoria da Polícia Civil. Indago dos Srs.  
420 Membros se nós podemos avançar nesse sentido de fazer a expedição  
421 desses dois ofícios a Delegacia De Conflitos Agrários para nos prestar  
422 informações sobre as investigações e também a Corregedoria da Polícia  
423 Civil, dando-lhe ciência desses fatos que foram apresentados pela Dra.  
424 Elisângela, enquanto representantes da DPU para ciência e providências  
425 e que nos informe o que vai adotar a partir dessas informações. Indago  
426 se nós podemos submeter isso à deliberação? Alguém se opõe? Eu, na  
427 verdade, isso não é ideia minha, isso aqui eu estou fazendo apenas um  
428 resumo do que nos foi trazido. Dra. Caroline, por favor. SRA. CAROLINE  
429 BASTOS DO AMARANTE: Bom dia. Não, Excelência, pode terminar,  
430 concluir o seu raciocínio, era uma outra situação que eu ia falar em  
431 relação a uma parte da fala da Dra. Elisângela. Mas o senhor pode  
432 terminar o seu raciocínio. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
433 GARCIA DA FONSECA: Tudo bem, tudo bem. Esse segundo ponto  
434 podemos aprovar dessa forma, doutores? SRA. IONE MISSAE DA SILVA  
435 NAKAMURA: Estou de acordo também. Sim, Excelência. SR.  
436 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Ok.  
437 Não havendo objeção, essa é a segunda questão a ser aprovada. A  
438 terceira, eu sugiro também que nós encaminhemos cópia do relatório  
439 apresentado pela DPU ao Ministério Público com atuação na Comarca de  
440 Anapu para ciência e as providências necessárias, na medida que o  
441 Ministério Público local, ele tem atribuição para também contribuir no  
442 tocante a essa investigação da identificação dos responsáveis por essa

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

443 situação que nos foi narrada. Indago se nós podemos deliberar nesse  
444 sentido. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Sim, Excelência,  
445 inclusive a promotora já está ciente do fato, mas se essa comissão quiser  
446 reforçar, eu acho importante. As promotoras agrárias e de Anapu estão  
447 trabalhando junto com a Defensoria no sentido de tentar dirimir e  
448 contribuir para esclarecimento deste fato. SR. PRESIDENTE ANDRÉ  
449 LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Perfeito, então, no silêncio,  
450 aprovado. Eu também anotei aqui de nós encaminharmos ofício à  
451 Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, encaminhando à  
452 Secretaria de Segurança Pública este relatório que nos foi apresentado  
453 pela DPU, a fim de lhe dar ciência inequívoca da existência desse clima  
454 de tensão no local, solicitando que a Secretaria de Segurança Pública, no  
455 exercício das suas atribuições, no exercício de suas funções,  
456 especialmente no que diz respeito à prevenção de infrações penais, adote  
457 as providências necessárias no sentido de buscar implementar políticas  
458 da sua alçada que venham a contribuir para a prevenção de possíveis  
459 infrações penais naquele local. Eu indago se nós podemos encaminhar  
460 ofício à Secretaria de Segurança Pública dando-lhe ciência da situação  
461 de tensão do local, com base no relatório que foi apresentado, para que  
462 adote providências cabíveis? Penso que é a nossa função aqui enquanto  
463 comissão, principalmente de prevenir conflitos. Nós temos uma situação  
464 de tensão que chegou ao nosso conhecimento e nós não podemos  
465 enquanto comissão nos quedar inertes diante da situação. Eu sugiro,  
466 submeto à apreciação dos ilustres membros. SRA. IONE MISSAE DA  
467 SILVA NAKAMURA: Excelência, só a título de contribuição. SR.  
468 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
469 Claro, Dra. Ione. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Nesse  
470 mesmo expediente poderia ser acrescentado a decisão do juiz que já foi  
471 proferida nesse processo no sentido de reforçar que na decisão do juiz,  
472 ele estabeleceu a necessidade da Polícia Civil, da Secretaria de  
473 Segurança Pública, de fornecer àquela área uma proteção mais  
474 ostensiva. No sentido de reforçar uma decisão que já foi prolatada pelo  
475 juízo de Altamira. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
476 GARCIA DA FONSECA: Concordo. Da minha parte, totalmente aprovado,

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

477 se os ilustres membros concordarem também, sem problema, Laércio, tá?  
478 SR. LAÉRCIO: Pois não. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
479 GARCIA DA FONSECA: Incluir isso no expediente. E por fim, penso que  
480 também nós estamos aqui até agora adotando e eu sempre digo isso nas  
481 nossas audiências agrárias, Dra. Andreia conhece bem disso, Dra. Ione  
482 também, que geralmente nas ações possessórias a gente só previne  
483 aquela situação imediata, mas não resolve o problema propriamente dito.  
484 Então, sim, Dra. Eliana, nós encaminharemos o relatório, sim, senhora,  
485 para todos os membros tá, certo? Obrigado pela indagação. Como eu  
486 digo sempre, nós apenas resolvemos o problema imediato, mas o  
487 problema em si, ele deve e tem como maior destinatário da solução o  
488 órgão fundiário competente, no caso aqui, o Incra. Então, diante também  
489 da manifestação da autora Dra. Elisângela e sempre respeitando a  
490 independência das esferas, sempre respeitando a autonomia  
491 administrativa e sempre respeitando a autonomia judicial, a minha  
492 proposta de encaminhamento para o Incra seria no sentido de oficial  
493 aquela autarquia, solicitando à mesma que adote as providências no  
494 sentido de concluir com celeridade o procedimento administrativo, seja a  
495 decisão qual for, seja ela qual for. Mas o que nós precisamos para  
496 pacificar o conflito, ou ainda que não pacifique o conflito que nós  
497 tenhamos uma posição para que quem de direito, se não ficar satisfeito  
498 com a decisão, possa adotar as providências cabíveis é que seja tomado  
499 uma decisão. O que nós enquanto comissão devemos sempre buscar que  
500 não aconteça é que não haja decisão. Mas a decisão, ela deve ser tomada  
501 por quem de direito e da forma que ele entenda mais adequada à luz da  
502 legislação. Então, respeitando autonomia do Incra, respeitando sua  
503 independência, enquanto poder público que é, que essa deve ser a  
504 postura enquanto comissão, seremos seria no sentido de diante do  
505 relatório que foi apresentado pela Dra. Elisângela e sem fazer qualquer  
506 juízo de valor, sem exercer qualquer juízo meritório a respeito da decisão  
507 da autarquia, apenas no sentido de que ela, ciente da sua  
508 responsabilidade institucional, que possa em prazo razoável encerrar e  
509 dar uma resposta definitiva no âmbito administrativo a esse procedimento  
510 e partir daí quem de direito adote as providência que entenda cabíveis.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

511 Indago dos senhores se esse pode ser o sentido da nossa deliberação?  
512 De solicitar que eles decidam como de direito e que nos informem as  
513 providências que estão adotando. Podemos deliberar nesse sentido?  
514 SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Sim, Excelência, de acordo.  
515 SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
516 Então, penso eu que nós conseguimos ali exaurir aquilo que nos foi  
517 trazido. Pois não, Prof. Girolamo. SR. GIROLAMO DOMENICO  
518 TRECCANI: Eu concordo perfeitamente e agradeço a Vossa Excelência  
519 pela brilhante síntese de todas essas situações. Mas acredito que a Dra.  
520 Elisângela trouxe um elemento importante que precisa ser ulteriormente  
521 trabalhado. O Incra irá decidir do jeito que achar oportuno, e aí concordo  
522 perfeitamente com a decisão já adotada, referendando a sua proposta.  
523 Ainda assim, eu acredito que é fundamental solicitar ao Incra, à  
524 presidência Brasília, portanto, qual suporte jurídico por entender de que  
525 precise uma declaração de interesse para destinar uma área que poderia  
526 não ter esse passo anterior, essa burocracia anterior. Eu reitero, o que  
527 está no regimento do Incra não pode superar aquilo que está na lei.  
528 Portanto, se existem determinados pareceres jurídicos que dão base legal  
529 a esta exposição, que eles sejam explicitados. Essa é uma primeira  
530 consideração. E aí vi que a Dra. Caroline se manifestou, se for sobre isso,  
531 pararia aqui e a segunda questão levantaria daqui a pouco. SR.  
532 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Pois  
533 não, Dra. Caroline. SRA. CAROLINE BASTOS DO AMARANTE:  
534 Obrigada, professor. o senhor puxou o gancho do que eu queria falar,  
535 naquela hora interrompi o Dr. André. Bom, é o seguinte, talvez a  
536 manifestação do superintendente, que eu acho foi do superintendente do  
537 Incra Santarém, porque essa área está vinculada ao Incra Santarém,  
538 tenha sido equivocada. Porque assim, isso não está pautado  
539 exclusivamente no Regimento Interno do Incra, nem poderia, é uma  
540 norma que nem é adequada para isso. Está pautada em 1 decreto, o  
541 Decreto 10.592, por quê? Porque lá no artigo... porque esse decreto, ele...  
542 Deixa eu só ler um pedacinho para vocês, ele regulamenta a Lei 11.952,  
543 que dispõe sobre a regularização fundiária. Lá no art. 11, essa consulta  
544 para verificar se tem o interesse a destinação da área é justamente

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

545 [ininteligível] desse decreto. Porque eles instituíram a Câmara Técnica de  
546 Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais  
547 para fazer justamente essa verificação junto a outros órgãos federais. Por  
548 exemplo, quem compõe essa câmara técnica? Ministério da Agricultura,  
549 a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, Serviço Florestal Brasileiro,  
550 a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União,  
551 Ministério do Meio Ambiente, o Incra, o Instituto Chico Mendes e a Funai.  
552 É essa câmara técnica que vai fazer um estudo, você vai avaliar se aquela  
553 área tem interesse para algum [ininteligível] específicos ou mais de um  
554 para poder fazer a destinação. Então, não é uma decisão monocrática,  
555 digamos assim, do superintendente do Incra, é essa câmara técnica que  
556 faz. Então eu acho que essa manifestação do Incra neste despacho que  
557 chegou à Dra. Elisângela não deve ter atentado para essa situação.  
558 Regulamentar, tentar fundamentar só no Regimento Interno quando não  
559 é, penso que é pela câmara técnica, por esse decreto federal. Era só isso  
560 que eu queria acrescentar. [falas sobrepostas] SR. PRESIDENTE  
561 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Obrigado, doutora.  
562 Pois não. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Excelência, apesar  
563 de que em tese se concorde com a Dra. Caroline, mas não vamos  
564 esquecer que este decreto, ele abrange uma discussão bem mais ampla.  
565 No caso específico, nós estamos em terras que já tinham recebido  
566 determinada destinação, mas enfim. Acho que vale a pena, de qualquer  
567 maneira, verificar junto, se for o caso, a Superintendência do Incra em  
568 Santarém, ou junto, se necessário, a presidência do Incra, que informe  
569 melhor a necessidade de ter mais um passo burocrático, nem sempre  
570 burocracia atrapalha, de vez em quando, ela ajuda para ter decisões  
571 melhores, mas qual mesmo a razão para poder ter esse passo ulterior.  
572 [falas sobrepostas] SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
573 GARCIA DA FONSECA: Sempre... SR. GIROLAMO DOMENICO  
574 TRECCANI: Isso não ia ferir, de maneira alguma, a autonomia do Incra.  
575 SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
576 Certo. Não, não, eu compreendo perfeitamente. Sempre só buscando  
577 manter uma linha de coerência naquilo que a gente faz, porque eu sempre  
578 prezo por isso, e o senhor também, todos nós aqui da comissão. Eu

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

579 indago se então, diante desse seu requerimento, se a manifestação que  
580 nós poderíamos encaminhar ao Incra seria no sentido de que eles nos  
581 esclarecessem a atual situação desse procedimento bem como a razão  
582 pela qual foi recomendada a revogação da instituição do projeto. Porque  
583 o que me parece é que talvez a partir dessa indagação que nós vamos  
584 formular, nós tenhamos a resposta efetiva daquilo que o senhor tem  
585 dúvida, e é uma dúvida razoável, uma dúvida que realmente seria  
586 interessante que nós tivéssemos dirimida, sem que nós fizéssemos,  
587 nesse momento, enquanto comissão, qualquer juízo de valor ainda a  
588 respeito do tema. É certo que, por exemplo, a DPU, no exercício das suas  
589 funções, ulteriormente, caso vislumbre a existência de algum ato que não  
590 seja de acordo com o ordenamento jurídico, poderá adotar as  
591 providências cabíveis, o Ministério Público Federal da mesma forma, tá  
592 certo? E eu indago se a deliberação, complementando a manifestação  
593 que eu já havia colocado, seria no sentido de que com relação a esse  
594 caso específico, que o Incra informasse a razão pela qual, após a  
595 aprovação do projeto de assentamento, foi recomendada a suspensão...  
596 Doutora, qual foi o ato normativo, só para que nós sejamos bem fiéis ao  
597 que aconteceu? Foi publicado o projeto de assentamento e depois o que  
598 foi que aconteceu, que a senhora colocou? SRA. ELISÂNGELA: Um  
599 despacho recomendando a revogação da portaria de criação. SR.  
600 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
601 Pronto. Muito obrigado, Dra. Elisângela. E que o Incra nos esclareça quais  
602 as razões jurídicas levaram a existência de um despacho recomendado a  
603 revogação da portaria que instituiu este projeto de assentamento. Então,  
604 acredito que isso vá contemplar, porque eles vão apresentar para a gente  
605 as razões, e a partir daí munidos dessas informações todos os órgãos que  
606 compõem a nossa comissão tomarão ciência, e a partir daí cada um no  
607 exercício das suas atribuições poderá decidir efetivamente aquilo que  
608 entenda mais razoável de fazer. Prof. Girolamo, o senhor continua com a  
609 palavra. SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Obrigado. Concordo  
610 perfeitamente, Excelência. Só gostaria de entender melhor, Dra.  
611 Elisângela, porque a senhora fez referência ainda agora que além desse  
612 caso, outros assentamentos receberam o mesmo tratamento. Portanto,

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

613 Excelência, seria interessante talvez priorizar, diante da gravidade que a  
614 Dra. Elisângela apresentou, esse caso específico, e o encaminhamento  
615 que Vossa Excelência propôs de agilizar [ininteligível] perfeitamente na  
616 linha do entendimento que tenho, mas talvez valeria a pena - e aí, Dra.  
617 Elisângela, seria interessante se a senhora [ininteligível] pudesse fornecer  
618 à Ouvidoria a relação, talvez a Dra. Caroline poderia ajudar, junto com o  
619 Inkra de Santarém. Não sei se existem outras situações parecidas no  
620 Inkra Belém, enfim. - para que esse debate que, pelo visto, extrapola o  
621 caso concreto, possa abranger todas as situações que se enquadram na  
622 mesma lógica. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA  
623 DA FONSECA: Eu, inclusive, Prof. Girolamo, já me antecipando e  
624 querendo também já alcançar esse espectro maior que o senhor sugere,  
625 que no nosso ofício nós já possamos fazer referência a esse caso,  
626 solicitando ao Inkra que na oportunidade nos informe se existem outras  
627 situações análogas e que ele nos preste as informações referentes a  
628 esses casos. SRA. ELISÂNGELA: [interrupção no áudio] isso eu tenho  
629 essa relação aqui já, porque essa informação consta no processo  
630 administrativo do lote 96 que está no Inkra. É até uma tabelinha. Eu vou  
631 encontrar aqui e já encaminho para vocês. SR. PRESIDENTE ANDRÉ  
632 LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Pronto. E aí o Laércio já  
633 pode fazer isso uso dessa informação que a senhora vai apresentar, e aí  
634 a gente atua dessa forma. E o Dr. Tiago está pedindo a palavra, Laércio?  
635 Dr. Tiago? SR. LAÉRCIO: Sim, Excelência, ele pediu a palavra quanto ao  
636 item [ininteligível] inversão de Pauta, pois, ele terá que se ausentar. SR.  
637 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Eu  
638 acredito que com relação então... Só, só... [falas sobrepostas] SR.  
639 GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Desculpe, Excelência. SR. TIAGO  
640 DE LIMA FERREIRA: Desculpe. Rapidinho, eu vou pedir a palavra, eu só  
641 pedi ao Laércio que a gente passasse para o Item 2 pelo menos nos  
642 próximos 30 minutos, no máximo, [ininteligível] eu tenho que sair. SR.  
643 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Não  
644 se preocupe. O segundo item vai ser esse que o lterpa vai se manifestar,  
645 tá, Dr. Tiago? É porque eu pensei que o senhor precisasse sair  
646 imediatamente. [falas sobrepostas] SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA:

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

647 Tendo a relevância com a Dra. Carol, Dra. Elisângela, Dr. Treccanni e o  
648 senhor, Dr. André, têm no tema, longe de mim diminuí-lo, pelo contrário.  
649 Só gostaria realmente de falar antes das 10h30 [ininteligível]. SR.  
650 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
651 Fique despreocupado. Vamos só terminar esse, a gente já lhe dá a  
652 palavra. Dr. Girolamo, por favor. SR. GIROLAMO DOMENICO  
653 TRECCANI: Obrigado. Último aspecto que eu gostaria que fosse  
654 analisado pela nossa comissão. Eu fiz referência ainda agora a  
655 possibilidade de rever ou reinterpretar a norma que separa competência  
656 fundiária da competência criminal. Isso estava presente na Constituição  
657 Federal... na Constituição Estadual de 89, na sua 1ª versão. Foi alterada  
658 via emenda constitucional, mas acredito eu que a nova posição do  
659 Supremo Tribunal de Justiça possa dar outras luzes. Portanto,  
660 evidentemente, não cabe a nós nem discutir, nem só levantar a questão.  
661 Valeria a pena que o tribunal se manifeste sobre a eventual possibilidade,  
662 ou, diria eu, necessidade, de rever essa norma, se for o caso, se  
663 necessário for, propor uma nova alteração na Constituição Estadual, que  
664 assim possa vir a ser feito nos prazos, nos tempos devidos. SR.  
665 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
666 Professor, eu agradeço a sua manifestação. Há uma decisão realmente  
667 do Supremo que trata a respeito desse tema. Eu apenas faço uma  
668 ponderação nesse primeiro momento aqui. Como se trata de uma matéria  
669 que me parece que em um primeiro momento deva ser objeto de uma  
670 análise no âmbito do Tribunal de Justiça, penso eu que talvez nós  
671 possamos deixar para um momento mais oportuno, quando isso já estiver  
672 devidamente trabalhado no tribunal, nós possamos analisar. Porque me  
673 parece que nesse primeiro momento, talvez nós déssemos um passo que  
674 o próprio órgão, no caso, o Tribunal de Justiça, que vem a ser legitimado  
675 para isso, ele ainda não apreciou adequadamente essa questão, ainda  
676 não... Na verdade, ele já tem uma norma, já temos uma norma que trata  
677 do tema, tá certo? Nós já temos a competência das varas agrárias.  
678 Imagino eu que em um primeiro momento nós precisássemos ouvir  
679 primeiro o tribunal e a partir daí com o amadurecimento maior da questão  
680 nós debateríamos isso com mais calma. Vou pedir nesse primeiro

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

681 momento aqui essa parcimônia da comissão, para que essa questão seja  
682 avaliada primeiro perante aqueles que detêm a legitimidade para isso, e,  
683 em seguida, quando isso já estiver mais amadurecido, possamos  
684 ulteriormente voltar a trabalhar esse tema aqui. É porque na qualidade  
685 de... enquanto juiz agrário, enquanto integrante do Poder Judiciário do  
686 estado do Pará, penso eu que nós precisamos primeiro avaliar  
687 internamente como funcionaria isso. Não penso eu que seria o passo a  
688 partir da comissão para dentro do tribunal. Penso que é contrário. Eu vou  
689 pedir essa parcimônia de Vossa Excelência. Sei que o senhor é um  
690 estudioso, é alguém muito antenado e preocupado com as questões, mas  
691 eu penso que neste primeiro momento nós precisaríamos ter essa  
692 parcimônia, para que isso seja avaliado internamente, que o tribunal  
693 avalie a questão administrativa, avalie. Porque nós já temos uma  
694 competência, essa competência existe das varas agrárias. É uma  
695 competência que vem dando certo. É uma competência que *prima facie*  
696 atende aos anseios da sociedade. As varas agrárias prestam uma tutela  
697 jurisdicional efetiva e eficaz da forma como está. Eu penso que a gente  
698 deve ter um pouquinho de parcimônia nesse primeiro momento para  
699 adentrar no tema. Vou pedir ao senhor que a gente deixe isso para uma  
700 análise ulterior, a partir do momento em que isso seja analisado  
701 internamente pelo Tribunal de Justiça. E depois a gente discute aqui no  
702 âmbito da comissão. Pode ser assim, Dr. Girolamo? [falas sobrepostas]  
703 SR. GIROLAMO DOMENICO TRECCANI: Na verdade, a minha proposta  
704 era só solicitar ao tribunal que analisasse. Eu tenho a minha posição  
705 jurídica pessoal, não é isso que está sendo colocado em discussão. Seria  
706 só que o tribunal se manifestasse. Mas eu concordo com Vossa  
707 Excelência, vale a pena dar um passo de cada vez. Perfeito. Concordo.  
708 SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
709 Vamos fazer a minha sugestão dessa forma. E já que o senhor, com a  
710 gentileza de sempre, com a parcimônia e educação de sempre que o  
711 senhor tem, já aderiu. Porque é uma questão interessante, mas é uma  
712 questão que a gente precisa analisar com muito cuidado, para que os  
713 passos sejam dados de uma forma em que nós não avancemos de uma  
714 forma demasiada a ponto de vir a inviabilizar outras atividades. Eu penso

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

715 que vamos segurar um pouquinho para que a gente pense melhor a  
716 respeito do tema, internamente primeiro, e depois a gente avance neste  
717 sentido. Muito obrigado, Prof. Girolamo, o senhor é... SR. GIROLAMO  
718 DOMENICO TRECCANI: Obrigado, Excelência. SR. PRESIDENTE  
719 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Antes de passar a  
720 palavra ao Dr. Tiago como segundo item da Pauta que nós invertemos,  
721 eu só gostaria, e aí aproveitando aqui que eu já vejo na tela a Dra. Geisa,  
722 eu gostaria de fazer esse registro, infelizmente é um registro  
723 demasiadamente triste para nós, mas que acima de tudo ele deve ser feito  
724 por toda a consideração e por todo o apreço que nós tínhamos e  
725 continuaremos a ter pelo Dr. Marlon Araújo, Dr. Marlon Aurélio Tapajós  
726 Araújo, procurador do estado do Pará, que infelizmente veio a nos deixar  
727 no último domingo, no dia 21. O Dr. Marlon atuou na nossa comissão  
728 como representante da Procuradoria-Geral do Estado durante os anos de  
729 2018 a 2019. Dr. Marlon, todos nós sabemos, um brilhante procurador do  
730 estado, um jovem extremamente promissor, capacitado, um homem que,  
731 de fato, deixa uma lacuna extremamente grande no ordenamento jurídico  
732 aqui do estado do Pará, na Procuradoria-Geral do Estado, mas acima de  
733 tudo no coração da sua família e no coração daqueles que tiveram a  
734 oportunidade de desfrutar do convívio com o Dr. Marlon. Dra. Geisa, a  
735 senhora está aqui presente, o nosso sentimento, o nosso respeito, mas  
736 acima de tudo o nosso carinho e a lembrança, a lembrança de que tudo  
737 aquilo que o Dr. Marlon representou enquanto esteve na Terra não foi em  
738 vão, não passou. Foram marcas que ficaram e vão ficar eternamente na  
739 memória daqueles que dividiram tiveram a oportunidade de conhece  
740 quem foi o Dr. Marlon e o legado que ele deixa. Então em nome da nossa  
741 comissão eu apresento à senhora os nossos votos de pesar, mas acima  
742 de tudo o nosso voto de esperança, o nosso voto de força e de que a  
743 senhora enquanto esposa continue avançando no legado dele. Sempre  
744 lembrando daquilo que ele foi, do que ele é e daquilo que ele continuará  
745 sendo, porque ninguém morre enquanto ele está vivo no coração da  
746 gente. E a morte é física, mas as palavras, as ações e os gestos, eles são  
747 eternos. Isso eu tenho certeza que a senhora e a família do Dr. Marlon  
748 vão levar para sempre. Gostaria de saber se alguns dos membros... Prof.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

749 Girolamo pediu a palavra. SR. LAÉRCIO: Seu microfone está desativado.  
750 SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
751 O senhor está sem áudio, doutor. SR. GIROLAMO DOMENICO  
752 TRECCANI: Desculpem. Eu gostaria de parabenizar a sensibilidade de  
753 Vossa Excelência e a sensibilidade da secretaria da nossa comissão para  
754 colocar na Pauta essa justa homenagem. Me associo a tudo aquilo que  
755 Vossa Excelência já colocou. Eu tive a sorte de acompanhar a trajetória  
756 acadêmica do Dr. Marlon, participei inclusive da banca de mestrado dele,  
757 do nosso programa de pós-graduação em direito da federal do Pará. Só  
758 me associar ao sinal de esperança que Vossa Excelência está trazendo  
759 para todos nós. Muito obrigado. E lembraremos, com certeza, o legado  
760 que ele está nos deixando e continuará deixando. SR. PRESIDENTE  
761 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Dra. Ione, por favor.  
762 SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Excelência, gratidão por  
763 essas palavras. Eu queria me dirigir, se Vossa Excelência me permitir,  
764 diretamente à Geisa, que é uma querida amiga, de longa data, desde a  
765 época da nossa graduação. Marlon também eu tive a oportunidade de  
766 conhecer ainda na faculdade. E dizer que ela se sinta acolhida acima de  
767 tudo nesse momento por todos nós e que nós estaremos sempre dando  
768 apoio, dando suporte, em todas as oportunidades que se fizerem  
769 necessárias. Então eu queria externar, Excelência, de forma mais  
770 afetuosa assim, um grande abraço e uma grande acolhida no sentido de,  
771 eu sei que é difícil, mas de confortá-la neste momento. Então, também  
772 presto a minha solidariedade e rendo minhas homenagens a esse  
773 procurador, mas acima de tudo a essa pessoa singular que foi o Dr.  
774 Marlon. Um grande abraço à Geisa e muito obrigada. SR. PRESIDENTE  
775 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Obrigado, Dra. Ione.  
776 Algum membro ainda deseja se manifestar? Dra. Eliana, por favor. Pode  
777 ficar à vontade. [falas sobrepostas] SR. LAÉRCIO: Seu microfone. SR.  
778 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Seu  
779 áudio está desligado, tá? SR. MARIO ALFREDO SOUZA SOLANO: Dr.  
780 André, bom dia, é Solano, tudo bem? SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ  
781 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Coronel, bom dia. SR. MARIO  
782 ALFREDO SOUZA SOLANO: Bom dia a todos. Não poderia deixar, em

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

783 nome da federação, de me solidarizar à Dra. Geisa, a todos os parentes  
784 e amigos do Dr. Marlon, por tudo que ele deixou de legado. Portanto, o  
785 nosso abraço fraterno a todos e a nossa solidariedade e um sincero pesar.  
786 Feita essas considerações, eu aguardo a continuidade da reunião.  
787 Obrigado. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
788 FONSECA: Obrigado, coronel. Dra. Andreia, por favor. SRA. ANDREIA  
789 MACEDO BARRETO: Eu não conheço a D. Geisa, mas eu quero lembrar  
790 também o Marlon, o Dr. Marlon pela sua trajetória. Eu tive oportunidade  
791 de estagiar ainda como estagiária da procuradoria UFPA com o Marlon.  
792 Fizemos o mestrado juntos na UFPA, o Marlon depois passou no  
793 concurso para a Procuradoria do estado, e eu passei na Defensoria. E o  
794 Marlon continuou o trabalho de pesquisa dele, fez parte dessa comissão.  
795 Então lembrar, assim, muito carinhosamente do Marlon e da importância  
796 dessa comissão também lembrar da participação dele e toda trajetória  
797 dele no estado do Pará, a gente pessoalmente. Dizer para a Geisa  
798 também que presto aqui minha solidariedade por ele. Dizer que estamos  
799 aqui sempre dando energia e positiva para a memória do Marlon.  
800 Obrigada. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
801 FONSECA: Obrigado, Dra. Andreia. Não... Eu peço, vou pedir licença aos  
802 membros da comissão para conceder a palavra à Geisa, para que ela,  
803 caso deseje se manifestar, fique à vontade. E acima de tudo se sinta  
804 mesmo abraçada, acolhida pela nossa comissão. Nós aqui procuramos,  
805 cada um tem um, em regra, um posicionamento, cada um aqui representa  
806 um segmento social, mas acima de tudo aqui nós nos tratamos de forma  
807 fraterna, nós nos queremos bem, nós acolhemos uns aos outros, e assim  
808 foi durante o tempo que aqui esteve o Marlon, Dr. Marlon. Então, essa  
809 homenagem é merecida e ela não é só para ele, o ela é acima de tudo  
810 para vocês, que hoje ele está em um lugar muito bom. Eu tenho total  
811 certeza disso. Ele está no lugar melhor que todos nós, mas nós aqui,  
812 especialmente a família dele sente muita falta. Então ela precisa ouvir o  
813 quanto ele era admirado, o quanto era respeitado, para que isso seja  
814 motivo de conforto e motivo de alegria para vocês, mesmo nesse  
815 momento difícil. Então, Dra. Geisa, a senhora, querendo, fique à vontade  
816 para fazer o uso da palavra. SRA. GEISA: Obrigada, eu agradeço todos

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

817 os amigos que falaram do meu marido, realmente ele era um rapaz  
818 brilhante. Quem conhece o Marlon sabe o quanto ele era sensível a esses  
819 assuntos. Outro dia, algum tempo atrás, eu cheguei em casa, ele estava  
820 chorando, porque [ininteligível] tinha morrido, né? Ele chorando  
821 copiosamente como se fosse um amigo dele muito próximo. É engraçado,  
822 você falando que pessoas de áreas completamente diferentes, eu tinha  
823 alguns pensamentos realmente diferentes dele, apesar de ser da mesma  
824 área. E isso era foi muito interessante porque fez que nós crescêssemos  
825 juntos em discussões e pesquisas, né? Algumas coisas eu escrevi com  
826 ele. E meu marido era muito humano, como eu falei para vocês, ele se  
827 preocupava com o pessoal da área do Juriti, o conflito e tudo. E  
828 recentemente, eu fiz uma mediação, uma coisa que vocês [ininteligível]  
829 ouvi vocês falarem, eu fiz por mim, pelo tribunal, e particularmente, dentro  
830 de uma comissão, que era também de um grande conflito de terra, mas  
831 relacionado com uma área particular, mas era uma área de Altamira, que  
832 iria gerar um grande conflito. E eu não sei, não escutei vocês falarem  
833 sobre mediação, era algo que ele realmente me ajudava. Quando  
834 aparecia só ele, não era que eu não participasse, nós discutíamos muito  
835 em casa todos os assuntos, quando aparecia só eu, ele também me  
836 ajudava. E isso era muito interessante porque nos respeitávamos. Como  
837 eu falei, nós tínhamos posicionamentos diferentes, mas nos  
838 preocupávamos muito com o ser humano e nos preocupávamos com o  
839 estado do Pará, que não houvesse mais conflitos. E é possível, gente, é  
840 possível realmente colocar cada coisa no seu devido lugar com harmonia.  
841 Nessa mediação, era [ininteligível] de terra, sei que valia 30 milhões, e  
842 eram 2 bairros de Altamira, e deu tudo certo. Vocês precisam escutar as  
843 pessoas que realmente estão no conflito. Não só os papéis que falou, os  
844 atores, tudo, que estão, tem que escutar realmente as partes. E é  
845 possível, existem técnicas para fazer isso. E era isso que nós estávamos  
846 escrevendo e pesquisando sobre. Então, de qualquer forma, eu fico muito  
847 feliz, eu tenho certeza que o meu marido está muito feliz com a  
848 homenagem que vocês estão prestando para ele, onde quer que ele  
849 esteja. E com certeza ele espera que tudo nesse estado fique melhor, é  
850 isso que nós queremos. Muito obrigada pelo trabalho de vocês. SR.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

851 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
852 Obrigado, Geisa. Isso aqui que nós estamos fazendo é muito pouco perto  
853 do merecimento que vocês, a família de vocês, têm. Mas nesse pouco  
854 que nós podemos oferecer, de fato, sintam todo o nosso acolhimento,  
855 toda a nossa amizade, todo o nosso respeito, e acima de tudo, um ombro  
856 amigo. É você saber que o Marlon fisicamente não está presente, mas ele  
857 continua vivo no seu coração, ele continua vivo com as ideias dele, ele  
858 continua vivo com tudo aquilo que ele pensou, com tudo que ele deixou  
859 escrito, com tudo aquilo que ele ensinou. É assim. SRA. GEISA: Muito  
860 obrigada, muito obrigada. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
861 GARCIA DA FONSECA: Obrigado, Geisa, obrigado por você ter estado  
862 aqui conosco. Obrigado, receba o nosso abraço, o nosso carinho, a nossa  
863 fraternidade. SRA. GEISA: Obrigada. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ  
864 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Muito obrigado. Um abraço,  
865 Geisa. E tudo de bom, minha querida amiga, fica com Deus. Então, depois  
866 deste justo registro, eu concedo a palavra ao Dr. Tiago, para que possa  
867 se manifestar a respeito do Item 3 da Pauta. SR. LAÉRCIO: Item 5. **ITEM**  
868 **5**: SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Excelência, bom dia. O senhor me  
869 escuta bem? SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
870 FONSECA: Sim. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Bom dia a todos e  
871 todas aqui presentes. Olha, primeiro, eu esperei para falar isso depois da  
872 Dra. Geisa, porque também eu queria falar. Eu não tive oportunidade de  
873 conhecer o Dr. Marlon. Só que eu estou há três anos [ininteligível]  
874 convivendo com muitos procuradores do estado, então tive muito contato  
875 sempre, alguns que eu trabalhei fazendo peça juntos. E no dia do  
876 falecimento do Dr. Marlon, eu recebi a notícia, eu olhei, já tinha muitos  
877 colegas, muitos amigos [ininteligível] condolências. E senti que todos  
878 estavam muito sentidos, muito sentidos. Então, assim, fica o meu abraço  
879 à Dra. Geisa fraterno em nome da minha família e todos do Iterpa a  
880 trajetória do Dr. Marlon. Tem gente que passa uma vida inteira e não tem  
881 uma trajetória bonita dessa [ininteligível]. Fica aqui a minha solidariedade  
882 fraterna, desculpa, me emociono, apesar de não conhecê-lo. Fica o meu  
883 abraço para ele, para família, e todos aqui que gostavam muito dele. Eu  
884 lembro de uma frase que nunca me esqueço, [ininteligível] morrendo se

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

885 nasce para a vida toda. [ininteligível]. Dito isso, eu espero ter feito de  
886 coração, nem que seja 1 milímetro da dor [ininteligível]. Bom, Excelência,  
887 me foi cobrado [ininteligível] para me manifestar sobre o relatório  
888 [ininteligível] documento, dentre outras questões. O ofício de resposta  
889 consta no grupo, e nós digitalizamos de 2019 a 2022 todos os  
890 [ininteligível] relatórios de análise de documento, e eles demonstram qual  
891 escrituras atualmente canceladas [ininteligível] considerado falta e  
892 também aqueles que foram validados. Disponibilizamos. Fica aí a lterpa  
893 à disposição para eventual dúvida. Como era uma questão meramente,  
894 entre aspas, obviamente que tem muita relevância, colocada como  
895 importância de se publicizar. A sugestão, posteriormente a lterpa verificar  
896 como vai ser feito isso, porque também [ininteligível], apesar de ser uma  
897 obrigação legal e obviamente ter que ser cumprida, não é uma despesa e  
898 sim um investimento. A transparência sempre vai ser um investimento  
899 para o estado. Quanto o mais estado tornar transparente, menos  
900 problemas ocorrerão, menos dúvidas ocorrerão. Os pesquisadores  
901 poderão nos ajudar, nas diferentes academias, de como melhorar o  
902 serviço público, [ininteligível] positiva, uma vez que há [ininteligível] estatal  
903 ao longo de muitos e muitos anos tornou esse ambiente [ininteligível] e  
904 organizado. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
905 FONSECA: Só um minutinho. Dra. Elisângela, sem dúvida, tá? Muito  
906 obrigada. Perdão, Dr. Tiago. Muito obrigada pela sua presença. A senhora  
907 está de licença-saúde, veio aqui contribuir com a gente hoje. Muito  
908 obrigado. Fique à vontade para se retirar. Muito obrigado. Pois não, Dr.  
909 Tiago. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: [ininteligível], Excelência, a  
910 gente tem a necessidade de colocar cada vez mais transparência. Eu  
911 acho que esse tipo de cobrança que a comissão faz é muito relevante  
912 para o estado fazer essa autocrítica. [ininteligível] acho que o estado é o  
913 primeiro a fazer a autocrítica. Não só o estado, obviamente todos os entes  
914 do Executivo, Legislativo e Judiciário, que o quanto esse tipo de crítica se  
915 torna necessário para reflexão. Então, disponibilizei, espero ter  
916 contribuído e obviamente se tiverem eventuais dúvidas, fico à disposição,  
917 está franqueado meu WhatsApp, quem quiser me chamar no privado, se  
918 precisar ter algum retorno a mais, me coloco à disposição. É isso. SR.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

919 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Dr.  
920 Tiago, obrigado pela manifestação. O relatório foi encaminhado e. A  
921 minha sugestão é que esse relatório seja disponibilizado a todos os  
922 membros da comissão, para que a partir da entrega dessa documentação  
923 os membros possam tomar conhecimento das providências que estão  
924 sendo adotadas pelo estado, pelo Iterpa, no caso, pelo estado e pelo  
925 Iterpa, porque são os dois, e partir daí façam a análise respectiva e  
926 adotem as providências, cada um na esfera de suas atribuições. Tá certo?  
927 Então, vai ser disponibilizado, vai ser disponibilizado a todos os membros  
928 esse relatório. E aí os senhores podem a partir daí analisar e adotar as  
929 providências de direito. Pois não, alguém pediu a palavra. SR. TIAGO DE  
930 LIMA FERREIRA: Excelência, é só para complementar, eu sei que não  
931 está na Pauta isso e daqui a pouco vou ter que sair. Mas penso que tenho  
932 uma sugestão de discussão que eu acho pode ser feita pela [ininteligível],  
933 Iterpa, pela Procuradoria e demais órgãos que tratam das possessórias,  
934 nas varas agrárias, [ininteligível] do STJ sobre a questão da possibilidade  
935 de se alegar agora a posse agraria do estado com base no [ininteligível]  
936 trazendo essa discussão [ininteligível] inicial. Eu acho importante até para  
937 ajudar o Iterpa [ininteligível] nas respostas às varas agrárias, não apenas  
938 na velocidade mas também em termos de conteúdo material. A Iterpa,  
939 além de *amicus curiae* possa exercer um papel mais profícuo. Há essa  
940 discussão interna ainda na procuradoria do Iterpa, mas obviamente ainda  
941 é muito incipiente, né? Seria prudente, antes de tomar uma decisão  
942 unilateral que vai impactar, discutir com os órgãos que fazem a prestação  
943 jurisdicional uma forma de tornar mais eficiente e ao mesmo tempo não  
944 criar mais problemas dentro do conceito das possessórias. Só mesmo a  
945 título de uma sugestão futura, e obviamente isso fica para um momento  
946 lá na frente para a gente discutir. Aqui eu acho que é fórum que começa  
947 as coisas, e a gente pode [ininteligível]. Era isso. Obrigado. SR.  
948 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
949 Perfeito, Tiago, muito obrigado. Alguém mais deseja fazer uso da palavra  
950 com relação a esse Item 3... A esse Item 5? Perdão. Não havendo, está  
951 aprovada a deliberação. Vou retomar para a Pauta ordinária, nós já  
952 analisamos 3 itens da Pauta, o Item 1, o Item 3, e o Item 5. Então, vou

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

953 para o Item 2... [falas sobrepostas] SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA:  
954 Excelência, rapidamente. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
955 GARCIA DA FONSECA: O senhor vai precisar sair, né? SR. TIAGO DE  
956 LIMA FERREIRA: Apenas me despedir, para não sair à francesa. SR.  
957 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
958 Fique tranquilo, obrigado. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Um excelente  
959 final de semana a todos [ininteligível] especial à memória do Dr. Marlon  
960 fica meu fraterno abraço. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
961 GARCIA DA FONSECA: Obrigado. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA:  
962 [ininteligível] está aparecendo agora na tela. Eu estou com saudade dele,  
963 vou visitá-lo brevemente em Marabá. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:  
964 Bom dia, meu amigo velho. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: Até mais,  
965 um abraço. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
966 FONSECA: Dr. Tiago, eu estava dizendo, quando eu entrei na reunião, foi  
967 o primeiro rosto que eu vi foi o Dr. Mazutti. Eu disse: Eu não poderia ter  
968 começado melhor a reunião, vendo esse rosto belo, simétrico, essa  
969 simetria facial perfeita, esses olhos. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA:  
970 Aquela região Sul do Brasil, próximo da Argentina, [ininteligível]  
971 culturalmente, sintá-se [ininteligível], Dr. Mazutti. [falas sobrepostas] SR.  
972 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: O  
973 Mazutti é, sem dúvida alguma... SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Vida  
974 de gaúcho não é fácil. Vida de gaúcho não é mole. SR. PRESIDENTE  
975 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: O Mazutti, sem  
976 dúvida alguma, além de um grande profissional, é um grande amigo, é  
977 uma gentileza em pessoa. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI: Da mesma  
978 forma. SR. TIAGO DE LIMA FERREIRA: [ininteligível] e não gostar dele.  
979 Tá bom. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
980 FONSECA: Só se ele não tiver... A chance da pessoa não gostar do  
981 Mazutti, Dr. Tiago, é não o conhecendo. SR. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI:  
982 É. Porque a gente tem sempre um repertório de mentira para contar, de  
983 história, metade é mentira e a outra metade também, é assim mesmo. SR.  
984 TIAGO DE LIMA FERREIRA: Um abraço. [falas sobrepostas] SR.  
985 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Um  
986 abraço, Dr. Tiago, tudo de bom. Muito obrigado. **ITEM 2:** Então,

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

987 retomando a Pauta, o Item 2, na parte das informações, nós tivemos  
988 ontem o Seminário de Direito Agroambiental Amazônico, com assuntos  
989 fundiários e o direito amazônico, que teve como palestrantes o Dr. Miguel  
990 Gualberto, surpreendente do Incra, o eminente Prof. Dr. Antônio José  
991 Matos, também o Dr. Bruno Kono, presidente do Iterpa. Esse seminário  
992 foi realizado de forma híbrida, tanto com participação presencial como  
993 com participação remota, contando com 1 público de aproximadamente  
994 150 pessoas. O nosso ouvidor titular, o desembargador Mairton é um  
995 entusiasta de eventos como esse. Desembargador Mairton é um grande  
996 incentivador do aprimoramento pessoal dos entres e dos atores que  
997 integram a questão agrária no estado do Pará. Já fui informado cedo  
998 quando cheguei à Ouvidoria que esse será o apenas o primeiro de vários  
999 eventos que o desembargador Mairton pretende implementar e fazer  
1000 disso rotina, para que nós sempre possamos debater, discutir, melhorar  
1001 as nossas atividades. E nada melhor do que esse tipo de ação  
1002 interdisciplinar, esse tipo de ação que envolve várias instituições, para  
1003 que cada uma delas com o seu olhar, com a sua ação, possa somar  
1004 esforços no sentido de nós prestarmos um melhor serviço a quem nos  
1005 paga, quem nos remunera, que é o cidadão paraense. Então fica o  
1006 registro, e acima de tudo, o nosso parabéns ao nosso ouvidor e a todos  
1007 aqueles que fazem parte desse tipo de iniciativa e que aceitam dela  
1008 participar. O próximo item da Pauta é ainda na parte informativa, diz  
1009 respeito a resolução 11, de 10 de agosto de 2022, que alterou a  
1010 Resolução número 21 de 2006 e que acrescentou os municípios de Mojuí  
1011 dos Campos e São João da Ponta como municípios integrantes das  
1012 regiões agrárias de Santarém e de Castanhal, respectivamente. Tratou-  
1013 se de uma observação muito bem lançada pelo Dr. Ibraim Rocha, que  
1014 constatou que esses dois municípios não constavam da resolução do  
1015 tribunal. Ele apresentou essa informação ao nosso ouvidor, que  
1016 prontamente instou o Tribunal de Justiça a realizar essa modificação  
1017 normativa que foi acolhida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.  
1018 Fica aqui o registro, o nosso agradecimento à Procuradoria Geral do  
1019 Estado, na pessoa do Dr. Ibraim, por essa ação que realmente era  
1020 necessária. Nós registramos aqui também o aniversário do Dr. Amarildo

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1021 Mazutti, que foi no último dia 24, tá certo? Dr. Mazutti, um ilustre amigo e  
1022 um magistrado de escol. Um juiz que realmente representa muito bem o  
1023 Poder Judiciário na região de Marabá. Então receba, Dr. Mazutti, o nosso  
1024 carinho, o nosso afeto e nosso sincero abraço. O senhor sabe o quanto o  
1025 senhor representa para o Poder Judiciário. E também, no dia de hoje, 1  
1026 dia especial, dia 26 de agosto é o aniversário da Dra. Caroline. Dra.  
1027 Caroline, da mesma forma, receba o nosso afetuoso abraço. A senhora  
1028 desenvolve atividade tão importante aqui na nossa comissão, sempre nos  
1029 prestando as informações atualizadas no que diz respeito às questões  
1030 fundiárias, as questões relacionadas ao Incra. Então, receba o nosso  
1031 carinho e o nosso respeito, acima de tudo. A gente sabe que não é fácil,  
1032 não é fácil para as mulheres conciliarem as funções profissionais com as  
1033 funções inerentes às atividades de mulher. Mas eu percebo, acima de  
1034 tudo, o valor que as mulheres vêm e sempre desempenharam e que hoje  
1035 vem sendo reconhecido. Que bom, que bom que antes tarde do que  
1036 nunca a sociedade resolveu aceitar e admitir a importância que as  
1037 mulheres têm e que essas mulheres tanto renunciam e estão, não vou  
1038 dizer em pé de igualdade, porque não existe isso, a situação da mulher é  
1039 muito mais gravosa do que a situação do homem. A mulher tem inúmeras  
1040 outras atividades que o homem não tem e ainda assim as mulheres se  
1041 destacam ainda mais do que os homens no exercício das suas atividades.  
1042 Então, dar parabéns para um homem, como eu dei para o Dr. Mazutti, é  
1043 mais simples do que dar parabéns para uma mulher. Eu não tenho  
1044 autoridade para dar parabéns para uma mulher. Mas como hoje estou  
1045 presidindo essa sessão, eu iniciei, mas vou ser, vou tentar fazer de um  
1046 forma diferente. Eu vou oportunizar as demais mulheres que aqui estão  
1047 na nossa sessão que façam, porque eu acredito que elas tenham muito  
1048 mais qualificação do que eu para fazer esses parabéns, porque são mães,  
1049 são esposas, cuidam das famílias e ainda assim trabalham e labutam  
1050 igual aos homens, portanto, trabalham mais que os homens. A gente  
1051 precisa ser honesto e ser sincero e falar isso aqui. Então, Dra. Andreia,  
1052 Dra. Ione, fiquem à vontade, porque eu acredito que o lugar de fala das  
1053 senhoras é muito mais adequado do que meu. SRA. ANDREIA MACEDO  
1054 BARRETO: Dr. André, obrigada pelo espaço, por essa lembrança também

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1055 desse papel que é realmente desigual entre os trabalhos da mulher  
1056 [interrupção no áudio] e do homem, [interrupção no áudio] luta, as  
1057 mulheres ainda lutam para ter seu espaço dentro do mercado de trabalho.  
1058 Dentro desse contexto queria agradecer esse espaço e também  
1059 parabenizar a Dra. Caroline, que tem o papel importante aqui nessa  
1060 comissão, tem se desdobrado. Na última reunião do GT, a doutora estava  
1061 no hospital, com a mãe, mas ela ligou a câmera e participou. Quero  
1062 parabenizá-la, dizer que desejo muitos anos de vida para ela e para o Dr.  
1063 Mazutti também, que está à frente ali da Vara Agrária de Marabá, com um  
1064 trabalho super-respeitoso e cordial com a Defensoria e com os demais  
1065 que participam do ato processual. Eu quero desejar e dizer aqui muitos  
1066 anos de vida, muita saúde e espero que continue aqui nessa comissão  
1067 com a gente. Muito obrigada. Obrigada, Dr. André. SR. PRESIDENTE  
1068 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Obrigada, Dra.  
1069 Andreia. Dra. Ione, por favor. SRA. IONE MISSAE DA SILVA  
1070 NAKAMURA: Obrigada, Excelência. Eu queria parabenizar o Dr. Mazutti  
1071 também, nos conhecemos mais pelas reuniões da comissão, mas de fato  
1072 seu trabalho é consolidado ali na região de marabá. E sempre temos  
1073 muito a debater e a crescer juntos então o seu trabalho engrandece o  
1074 Poder Judiciário. E a sua vida que seja abençoada cada vez mais com  
1075 muita saúde, com muitas outras conquistas extensivas aos seus  
1076 familiares e a todo o Poder Judiciário. E a Dra. Caroline é uma grande  
1077 guerreira, como o Dr. André colocou, e uma grande querida dessa  
1078 comissão. Não só pela sua competência técnica, mas pela pessoa  
1079 sempre cordial, sempre disposta a colaborar. E também extensiva a todas  
1080 as mulheres, como o Dr. André mencionou, que não buscam essa  
1081 questão da igualdade, mas que buscam fazer o seu melhor a cada dia e  
1082 contribuir com a sociedade, com olhar também diferenciado, com olhar  
1083 sempre respeitoso, mas que pode e que sempre conquista o seu espaço  
1084 e têm buscado e têm mostrado para sociedade o quanto a mulher pode e  
1085 deve estar presente em todos os espaços contribuindo, e que essa  
1086 diferença, ela, na verdade, é uma diversidade que precisa ser acolhida  
1087 nas suas especificidades. Então não é uma questão de ser melhor ou pior,  
1088 é uma questão da gente aceitar a contribuição que cada um tem para dar

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1089 para nossa sociedade. E nesse sentido eu fico feliz por esse  
1090 reconhecimento e pela vida da Dra. Caroline, que muito nos alegra. Muita  
1091 saúde, Dra. Caroline, muitas felicidades hoje e sempre na sua vida, para  
1092 toda a sua família. Um grande abraço. SRA. CAROLINE BASTOS DO  
1093 AMARANTE: Muito obrigada, eu confesso que fiquei muito surpresa e  
1094 muito alegre quando eu vi na Pauta da reunião uma menção ao meu  
1095 aniversário. Então, fiquei imensamente feliz, agradeço a deferência,  
1096 agradeço a amizade de vocês. Parabenizo o Dr. Amarildo, muita saúde e  
1097 muitas felicidades. Agosto é o nosso mês, e sigamos na luta. Obrigada a  
1098 todos. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
1099 FONSECA: Eu, ao ouvir as falas das doutoras, eu fico pensando como  
1100 nós precisamos evoluir ainda enquanto sociedade, como nós precisamos  
1101 melhorar a nossa vida como um todo. Porque ter que... ser obrigação  
1102 nossa reafirmar que pouco importa o gênero, ou pouco importa a  
1103 pigmentação da pele da pessoa, pouco importa a etnia, isso ainda me  
1104 mostra o quanto nós precisamos falar sobre isso. Porque talvez daqui a  
1105 50 anos, se nós insistirmos nisso, não vai ser mais preciso falar, porque  
1106 já aí ser normal ter um indígena aqui participando da reunião, ter um negro  
1107 presidindo a nossa comissão de combate à grilagem, ter um branco  
1108 também, um indígena e um japonês, porque pouco importa. Mas a  
1109 sociedade, ela precisa oportunizar àqueles que com a nossa evolução  
1110 ainda não conseguiram chegar nesse local, que eles possam ter acesso.  
1111 E aí as nossas ações afirmativas e aí as nossas políticas de cotas raciais,  
1112 sociais, elas precisam ser objeto de análise, porque elas igualam os  
1113 desiguais. É só partir de ações como essa, é que nós vamos ter a  
1114 possibilidade de no futuro ter uma igualdade plena, ter uma igualdade  
1115 efetiva. Que bom. Que bom que eu vejo aqui que as mulheres estão em  
1116 número igual ao dos homens na nossa reunião. Mas nós precisamos  
1117 avançar. Nós precisamos fazer que o negro possa participar, nós  
1118 precisamos fazer que o índio possa participar, nós precisamos fazer que  
1119 todos esses que integram a sociedade sejam incluídos. Esta é a palavra:  
1120 inclusão. O dia que nós tivermos todos sentados à mesa em pé de  
1121 igualdade, aí a gente vai poder dizer que valeu a pena. Aí vai ser  
1122 interessante. Porque nesse dia nós teremos a igualdade na sua plenitude.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1123 Aí a igualdade de verdade. **ITEM 4:** Vamos avançar. Vamos para o Item  
1124 número 4 da Pauta que diz respeito a respostas da Ordem dos Advogados  
1125 do Brasil e da Delegacia-Geral de Polícia Civil quanto a providências  
1126 tomadas diante das ameaças de morte relatadas pela Dra. Ruteleia  
1127 Emiliano de Freitas, no município de Senador José Porfírio. Conforme  
1128 contato telefônico com a secretaria de comissão, a Comissão de  
1129 Prerrogativas da OAB informou que foram tomadas as providências com  
1130 relação ao caso e ficou de nos encaminhar ofício até o dia de hoje.  
1131 Laércio, eu quero saber se já chegou esse ofício na caixa da Ouvidoria,  
1132 querido. SR. LAÉRCIO: Até momento ainda não, Excelência. SR.  
1133 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Tudo  
1134 bem. Então, eu já fico, já fica autorizado que tão logo nos seja  
1135 encaminhado o ofício, ele já seja disponibilizado aos membros da nossa  
1136 comissão. Então, mas a informação que nós temos já é de que a  
1137 Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, atenta  
1138 que é a essa situação, já tomou as providências adequadas. Então, a  
1139 Polícia Civil informou que foi encaminhado expediente no dia 30 de junho  
1140 para a Delegacia de Conflitos Agrários de Altamira para providências, mas  
1141 ainda não houve resposta. Então, a minha sugestão aqui é que nós  
1142 oficiemos direto a Delegacia de Conflitos Agrários para que ela nos  
1143 informe e tão logo essa informação venha, nós... já fica autorizado,  
1144 Laércio, o encaminhamento aos Srs. Membros da comissão para as  
1145 deliberações que eles entendam adequadas. Tá certo? Esse é o Item 5.  
1146 Indago dos Srs. Membros se desejam... Perdão, nº 4, se desejam se  
1147 manifestar a respeito desse tema ou se nós podemos dar como aprovado  
1148 dessa forma. Obrigado. **ITEM 6:** Item 6 é no que ocorrer. Nós recebemos  
1149 no dia de ontem um ofício do eminente surpreendente do Incra, Dr. Miguel  
1150 Gualberto, comunicando a existência de indício de irregularidade no  
1151 cartório do único ofício de Portel quanto à transmissão do imóvel rural da  
1152 Matrícula número 722, denominado lote 150, do setor da gleba Belo  
1153 Monte fazenda Mururê, com área de 1.713 hectares de propriedade de  
1154 João de Deus Monteiro Mesquita. Dr. Miguel informou que o imóvel teria  
1155 sido transmitido possivelmente em desacordo com a legislação relativa  
1156 ao georreferenciamento de imóveis. Então, diante dessa situação, diante

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1157 desse expediente que nos foi encaminhado pelo Dr. Miguel, a minha  
1158 sugestão é que seja encaminhado para todos os membros, para que cada  
1159 um deles na medida de suas atribuições possa analisar essa questão e  
1160 adotar providências que caibam, caso sejam necessárias essas  
1161 providências. Já vou lhe dar a palavra, Dra. Ione. E encaminhar, Laércio,  
1162 expediente ao Dr. Miguel informando que nós demos ciência a todos os  
1163 membros do comissão para que cada um deles, no exercício de suas  
1164 atribuições, adote providências que entenda pertinentes. E eu também  
1165 sugiro que seja encaminhado à Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal  
1166 de Justiça do Estado do Pará, eis que essa competência correcional cabe  
1167 à Corregedoria. Caso exista alguma irregularidade realmente. Nós não  
1168 estamos fazendo nenhum juízo de valor, estamos apenas encaminhando  
1169 a quem de direito. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Obrigada,  
1170 Excelência, desculpa. Eu acho que eu me sinto contemplada, que a minha  
1171 sugestão era encaminhar justamente para a Corregedoria do interior, eu  
1172 acho que agora é só uma Corregedoria, que tem atribuição de avaliar  
1173 também a situação no cartório de Portel. Eu acredito que foi contemplada  
1174 com a sua fala. E também tenho interesse de receber esse material e  
1175 encaminhar para a Promotoria Agrária da 1ª Região, da qual eu sou a  
1176 titular no momento, para averiguar essa informação grave e importante  
1177 que o Incra nos trouxe. E agradecer, o Dr. Miguel não está aqui, mas na  
1178 pessoa da Dra. Caroline, levar esse agradecimento. Eu acho que esse  
1179 trabalho é um trabalho da comissão, trazer essas informações para que a  
1180 gente consiga desenvolver um trabalho de combate à grilagem e de  
1181 correta destinação das áreas. Muito obrigada, Excelência. SR.  
1182 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Ok,  
1183 Dra. Ione. Dra. Andreia, a senhora pediu a palavra? SRA. ANDREIA  
1184 MACEDO BARRETO: Só requerer, doutor, que fosse compartilhada essa  
1185 informação do Incra com todos os membros da comissão. Mesmo porque  
1186 a gleba Belo Monte inclusive tem... ela faz divisa com a região agrária de  
1187 Altamira e também com a região agrária de Castanhal. Acho que é  
1188 importante que todos os membros e membras tenham até para  
1189 acompanhar esse caso. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
1190 GARCIA DA FONSECA: Pois não, Dra. Andreia. Laércio, você anotou,

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1191 né? SR. LAÉRCIO: Sim. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO  
1192 GARCIA DA FONSECA: No sentido de encaminhar. Perfeito. Já dê  
1193 ciência ao Dr. Miguel a respeito das nossas deliberações aqui. O último  
1194 item é com relação à designação da nossa reunião. A data sugerida pelo  
1195 nosso ouvidor titular vem a ser o dia 23 de setembro de 2022. Eu olhei a  
1196 minha agenda, Laércio, acredito que eu, Dra. Ione, e Dra. Andreia, nesse  
1197 dia nós já tenhamos um compromisso, que a gente vai ter uma audiência  
1198 de instrução em Concórdia do Pará. Na minha agenda eu vi aqui. Mas da  
1199 minha parte não tem problema, até porque o desembargador Mairton  
1200 preside, e os eventuais suplentes podem participar da reunião. Tá certo?  
1201 Então não vislumbro problema com relação a isso. E indago dos membros  
1202 se podemos aprovar essa data. E caso o desembargador Mairton  
1203 ulteriormente entenda necessário mudar, ele nos comunica pelos canais  
1204 próprios, mas nós deixamos deliberação conforme sugerido por ele.  
1205 Podemos. SRA. IONE MISSAE DA SILVA NAKAMURA: Dr. André, eu,  
1206 realmente assim, claro, nós temos o suplente, a Dra. Helena, o Dr. Valdir  
1207 também que é membro pode acompanhar, mas particularmente, se fosse  
1208 possível uma data em que todos nós possamos estar juntos. Não sei se  
1209 na semana anterior ou na outra. Estou tentando abrir minha agenda para  
1210 fazer uma sugestão. Outubro é um mês complicado. SR. PRESIDENTE  
1211 ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Nós não temos, não  
1212 temos na vara agrária, eu uso a agenda compartilhada com a equipe da  
1213 vara agrária, a sexta-feira, única sexta-feira que nós vamos ter realmente  
1214 audiência é o dia 23. Nós não temos audiência no dia 30, mas, assim, o  
1215 que eu vou sugerir? Até em respeito à sugestão do desembargador  
1216 Mairton, a gente deixa agendado para o dia 23, e o Laércio informa o  
1217 desembargador a respeito dessa nossa impossibilidade de participar, e aí  
1218 o desembargador delibera se entende necessário marcar para outra data,  
1219 que pode ser dia 30, ou se ele mantém essa data. Eu fico com essa  
1220 sugestão, mas eu acredito que o Laércio vai conversar com o  
1221 desembargador. Como que ele apresentou essa data, nós não sabemos  
1222 se ele pode ter outro compromisso nos outros dias. Então, como ele  
1223 presidirá, e eu estarei impossibilitado, eu prefiro deixar que ele faça a  
1224 análise da agenda dele e posteriormente apresente uma outra, se for o

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1225 caso, posição. Dr. Solano, coronel Solano, por favor. SR. MARIO  
1226 ALFREDO SOUZA SOLANO: Dr. André, senhoras e senhores, bom dia.  
1227 Dr. André, eu tive aqui no início de reunião um problema no link da  
1228 federação e lamentavelmente nós, eu e a Dra. Eliana, nós iniciamos a  
1229 participação na reunião com um certo atraso. E já tinha iniciado a  
1230 discussão do Item 3. Eu peguei o final, logicamente, e não sei se nós  
1231 entendemos corretamente. De imediato, obviamente, concordamos  
1232 plenamente com deliberação de Vossa Excelência. Todavia, eu olhei aqui  
1233 no grupo da comissão, eu não sei se procede, por isso eu estou me  
1234 antecipando aqui. A defensora encaminhou um documento do Incra  
1235 nacional, Brasília, despachando e dando uma resposta da questão dos  
1236 assentamentos que foram apresentados com inconsistências. Pelo  
1237 próprio documento, se nós observarmos, tem lá a informação da causa  
1238 fundamentada nas inconsistências, logicamente, não está detalhada  
1239 insistência, mas está informado a motivação, que é o descumprimento  
1240 que está previsto no Decreto 10.252, de 2020 e no Regimento Interno do  
1241 Incra. Ou seja, houve inconsistência no rol desses projeto. São seis  
1242 projetos que estão relacionados aqui neste documento que veio lá do  
1243 Incra. Portanto, eu quero crer que aqui atende o que foi deliberado para  
1244 que tivesse informação sobre os assentamentos, salvo melhor juízo. O  
1245 segundo ponto é referente ao encaminhamento que o senhor deu  
1246 referente a solicitação do representante da Fetagri, sobre as questões  
1247 constitucionais e questão da decisão do STJ. Nós entendemos aqui pela  
1248 federação e a Dra. Eliana que isso cabe ao Poder Judiciário tratar, cabe  
1249 ao Poder Legislativo tratar, são poderes obviamente independentes e  
1250 assuntos específicos, não caberia, no nosso entendimento,  
1251 acompanhando seu encaminhamento, nesse momento tratarmos aqui  
1252 pela comissão. Feitas essas considerações, abraçar carinhosamente em  
1253 nosso nome, meu e da Dra. Eliana, em nome da federação, o Dr. Mazutti,  
1254 Dra. Caroline, dia especial, dia de aniversário significa festejar a vida.  
1255 Então, festejando a vida de ambos, nosso abraço carinhoso [ininteligível].  
1256 Muito obrigado pela atenção. ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obrigado.  
1257 SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
1258 Obrigado, coronel Solano, pelas suas sempre bem-vindas manifestações.

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1259 Eu li o expediente que foi postado no nosso grupo. Foi um  
1260 encaminhamento para a DPU, do Incra, com relação ao tema do Item 3  
1261 da Pauta. Na verdade, coronel, o que nós pedimos, atendendo ao resumo  
1262 das informações que nos foram colocadas, foi exatamente que eles  
1263 apenas e sem exercer qualquer juízo de valor, procurei deixar isso bem  
1264 claro aqui, que eles apenas apresentem para a comissão, no caso, o  
1265 Incra, um relatório da situação fática atualmente existente e as razões que  
1266 levaram à atual situação fática. Como o senhor sabe, o senhor é uma  
1267 pessoa que sempre acompanha o nosso trabalho aqui na comissão, nós,  
1268 enquanto comissão, seja na pessoa do desembargador Mairton, quando  
1269 está presidindo, seja na minha pessoa, quando eu estou presidindo, nós  
1270 procuramos aqui respeitar em absoluto a autonomia das esferas. Então,  
1271 o Incra vai simplesmente nos relatar a situação fática relacionada a esses  
1272 procedimentos. Nós nunca iremos aqui nos imiscuir no entendimento  
1273 administrativo daquela autarquia, que tem total independência e total  
1274 autonomia para decidir como entenda adequado, respeitando o  
1275 ordenamento jurídico. Foi só apenas um pedido de informações, para que  
1276 nós possamos analisar, cada um dentro da sua esfera de atribuição.  
1277 Ministério Público na sua esfera de atribuição, a DPU na sua esfera  
1278 administração, Defensoria Estadual na sua esfera de atribuição. Foi  
1279 apenas esse pedido e assim será, conforme deliberado pelos membros,  
1280 assim será o posicionamento que nós vamos manter aqui. Tá certo? Mas  
1281 eu agradeço a sua oportuna manifestação, tanto nesse particular como  
1282 no particular do que diz respeito a questão da decisão do Supremo  
1283 Tribunal Federal. Muito obrigado. SR. MARIO ALFREDO SOUZA  
1284 SOLANO: Eu que agradeço pelas suas observações, parabenizo,  
1285 aproveito para parabenizar a realização do seminário ontem, de assunto  
1286 de relevância para todos nós. Eu lamento profundamente, não foi possível  
1287 participar, infelizmente, por atividades acadêmicas inadiáveis. Não tinha  
1288 substituto para ministrar aula, e eu tive que participar dessa atividade  
1289 acadêmica. Portanto, parabéns a toda a coordenação e parabéns à  
1290 ouvidoria. E espero ter acesso ao material para poder cada vez mais  
1291 aperfeiçoar o conhecimento. Afinal de contas, eu sou socrático, eu só sei  
1292 que nada sei. Grande abraço. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1293 CREÃO GARCIA DA FONSECA: Obrigado, coronel. Indago... [falas  
1294 sobrepostas] SR. LAÉRCIO: Dr. André. SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ  
1295 FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Oi, diga, Laércio. SR. LAÉRCIO:  
1296 Com licença. Respondendo ao Dr. Solano, o material será divulgado na  
1297 página da Escola Judiciária a partir de hoje. E informo também... SR.  
1298 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Fale,  
1299 ajude aqui a gente, facilite a vida dos nossos membros. Pegue esse  
1300 material todo e encaminhe para os e-mails deles logo. SR. LAÉRCIO:  
1301 Perfeito. Se for possível, faço o download e encaminho para todos. SR.  
1302 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA:  
1303 Resolva isso por nossos membros. Sei que você é prático. Gente, ficou  
1304 agendado...[falas sobrepostas] SR. LAÉRCIO: Dr. André. SR.  
1305 PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA: Oi.  
1306 SR. LAÉRCIO: Outro adendo. Acabei de falar com o desembargador  
1307 Mairton, ouvidor titular, já sugeri no dia 30, considerando a inviabilidade  
1308 de alguns membros de participar. Ele considerou em um primeiro  
1309 momento que estava uma data muito distante, mas em virtude das  
1310 programações já definidas, ele defere o dia 30 como a data da nossa  
1311 próxima reunião. E inclusive pediu para já ressaltar, através da pessoa de  
1312 Vossa Excelência, que serão tratados os temas relacionados [ininteligível]  
1313 comunidades tradicionais e a apresentação do relatório do GT Marajó, tá  
1314 bom? SR. PRESIDENTE ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA  
1315 FONSECA: Tudo bem, perfeito, então. Já tendo havido... Eu sabia que  
1316 isso aconteceria, mas gosto de respeitar a autoridade do titular. Nunca  
1317 me sobrepor a uma deliberação que já foi tomada pelo titular da comissão.  
1318 Mas eu conhecendo a sensibilidade do desembargador Mairton e a  
1319 preocupação de sempre tornar nossas reuniões o mais plural possível, eu  
1320 saberia que essa seria a deliberação dele. Bom, então agradeço a  
1321 presença dos Srs. Membros. Declaro encerrada a nossa reunião. Saúde,  
1322 paz e que todos possamos nos encontrar novamente. Tudo de bom. Um  
1323 grande abraço. SR. LAÉRCIO: Obrigado a todos. Bom dia. ORADORA  
1324 NÃO IDENTIFICADA: Obrigada, boa tarde. ORADORA NÃO  
1325 IDENTIFICADA: Obrigada. Tchau, tchau. ORADORA NÃO  
1326 IDENTIFICADA: Obrigada, boa tarde. ORADORA NÃO IDENTIFICADA:

Av. Conselheiro Furtado, 2949, São Brás, CEP 66063-060, Belém-PA  
Telefone: (91) 3242-5616 / 3242-5705 – e-mail: [ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br](mailto:ouvidoria.agraria@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
OUVIDORIA AGRÁRIA  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26/08/2022

1327 Bom final de semana a todos. SR. LAÉRCIO: Obrigado, igualmente.  
1328 ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Parabéns, tchau, tchau. ORADOR  
1329 NÃO IDENTIFICADO: Tchau. *Assim Eu, Laércio Rosa Junior, servindo*  
1330 *como secretário desta Comissão, lavrei a presente ATA. //.*

1331

1332

1333

1334

1335

1336

1337

1338

1339

1340

1341

1342

1343

**ANDRÉ LUIZ FILO-CREÃO GARCIA DA FONSECA**

Ouvidor Agrário Adjunto e Presidente da Comissão Permanente de  
Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas a  
Grilagem, em exercício

